

O INÍCIO DO FIM DA BOLSA-ESCOLA

Hélio Doyle
Da equipe do **Correio**

Os defensores da bolsa-escola em Brasília podem se preparar: a secretária de Educação do Distrito Federal, professora Eurides Brito, está com munição pronta para detonar o programa que é a marca registrada do governo do também professor Cristovam Buarque. Chumbo grosso. A secretária acredita que dispõe de suficientes argumentos, embasados cientificamente, para demonstrar que a bolsa-escola tem muitas falhas e não é a melhor solução para as crianças carentes do Distrito Federal.

Eurides Brito não vai simplesmente acabar com a bolsa-escola de uma penada, assim de re-

pente. A bolsa-escola vai continuar para as 25 mil famílias que recebem R\$ 136 mensais por manter os filhos de sete a 14 anos na escola. Mas, a partir de agora, ninguém mais será beneficiado. Para as crianças carentes em idade escolar, o Governo do Distrito Federal (GDF) implantará, a partir de fevereiro, um novo programa: Sucesso no Aprender (veja matéria abaixo).

Quem está fora, não entra mais (na bolsa-escola). Quem está dentro (da bolsa-escola), não sai. A não ser que queira sair, preferindo aderir ao Sucesso no Aprender, aprovado na quinta-feira pelo governador Joaquim Roriz. A bolsa-escola em Brasília, pelo menos no que depender do atual governo, vai morrer lentamente. Acabará, de vez, quando todos os beneficiados chegarem à idade limite para receber a bolsa (15 anos) ou abandonarem a escola.

“A bolsa-escola não sofrerá qualquer modificação”, assegura a secretária de Educação. “Estamos, com base em pesquisas científicas, criando um novo programa em que o foco muda da família para a criança”, justifica. “Mas terminar bruscamente com o programa não seria justo com essas famílias que o recebem.”

Eurides Brito faz questão de frisar: “Não sou contra a bolsa-escola, mas não é um programa para o Distrito Federal, onde é

Wanderlei Pozzembom 25.10.99



A secretária Eurides Brito fundamenta-se em três pesquisas para justificar decisão

muito baixa a incidência de trabalho infantil. É um programa para regiões de carvoaria, canaviais, cultivo e beneficiamento do sisal, onde o trabalho infantil é endêmico.”

A secretária fundamenta-se em três pesquisas. E nas três o programa criado pelo governador Cristovam Buarque é criticado. Ela procura, assim, escapar da acusação de estar tomando a decisão por razões políticas. “É uma abordagem científica que não tem como objetivo modificar propostas aleatoriamente ou manifestar juízos preconcebidos”, garante. “Interessa o que está

sendo conseguido com o dinheiro público para solucionar inegáveis problemas educacionais.”

RENDIMENTO BAIXO

O que dizem essas pesquisas? A primeira, realizada pelo Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação, foi para detectar onde estavam as crianças antes de receber a bolsa-escola. De 4.101 crianças pesquisadas (amostra de 7,7% do conjunto de 53.010 beneficiadas), apenas 94, segundo o estudo, não estavam matriculadas em escolas públicas antes de serem atendidas pelo programa. E

beneficiados pela bolsa-escola apresentaram rendimento inferior aos dos que não participam do programa nas provas de matemática e de português, tanto na segunda quanto na quinta série. A incidência de provas devolvidas em branco ou sem nenhum acerto foi maior entre os bolsistas.

Na terceira pesquisa, realizada pela Universidade Católica de Brasília, verificou-se que o dinheiro recebido pelas famílias dos alunos é gasto com alimentação (52%), roupas (28%), material escolar (17,5%), eletrodomésticos (15%) e móveis (10%).

11 crianças não moravam no Distrito Federal, não atendendo assim ao critério de ter cinco anos de residência para receber a bolsa.

A segunda pesquisa foi realizada pela Fundação Cegranrio para avaliar o desempenho dos alunos do ensino fundamental público do Distrito Federal. O estudo concluiu que os alunos be-

De acordo com a mesma pesquisa, 14,2% dos alunos do programa trabalhavam antes de receber a bolsa, percentual que baixou para 6,7% com a inclusão. Como diz a pesquisa, uma criança em cada sete trabalhava antes de receber a bolsa, e após receber o benefício uma em cada 15 crianças continuou trabalhando. E 53% das mães trabalhavam antes da bolsa, 41% depois. Para 95% das famílias, o programa é uma complementação dos rendimentos.

“Os resultados indicam que o programa teve o meritório efeito de reduzir o abandono e aumentar a continuidade dos estudos”, reconhece Eurides Brito. Mas, segundo ela, “de nada adianta ao aluno socialmente desfavorecido ser compelido a frequentar a escola se mantém grande diferença de aprendizagem em face aos demais”, pois “a escola estaria sendo apenas uma instituição perpetuadora de diferenças intelectuais e sociais”.

A secretária diz que a intenção pode ser boa, mas “procurar atender a um objetivo já em grande parte atingido (colocar as crianças na escola) é como chover no molhado ou atirar fora do alvo”. E a bolsa-escola, acrescenta, em Brasília é um programa de renda mínima, e não educacional. Por isso terá — pelo menos aqui — morte lenta, já anunciada.